

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO
CAMPUS CERES
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO: FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PRÁTICAS
EDUCATIVAS

CLARICE PASSOS LINHARES

FEMINISMO ANÁRQUICO NO BRASIL - ENTRE ESQUECIMENTOS E
RESISTÊNCIAS: A História de Maria Lacerda de Moura (1887-1945)

2021

CLARICE PASSOS LINHARES

FEMINISMO ANÁRQUICO NO BRASIL - ENTRE ESQUECIMENTOS E
RESISTÊNCIAS: A História de Maria Lacerda de Moura (1887-1945)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Programa de Pós-graduação lato sensu: Formação
de Professores e Práticas Educativas, do Instituto
Federal Goiano Campus Ceres, como requisito
parcial para a obtenção do título de especialista.
Orientadora: Prof.^a Ms. Natália do Carmo Louzada

Sistema desenvolvido pelo ICMC/USP
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas - Instituto Federal Goiano

SF329f Souza, Clarice Passos Linhares
FEMINISMO ANÁRQUICO NO BRASIL - ENTRE
ESQUECIMENTOS E RESISTÊNCIAS: A História
de Maria Lacerda de Moura (1887-1945) / Clarice
Passos Linhares Souza; orientadora Natália do
Carmo Louzada. -- Ceres, 2021.
31 p.

Monografia (Pós-graduação Lato Sensu em em
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO: FORMAÇÃO DE
PROFESSORES E PRÁTICAS
EDUCATIVAS) -- Instituto Federal Goiano,
Campus Ceres, 2021.

Responsável: Johnathan Pereira Alves Diniz - Bibliotecário-Documentalista CRB-1 n°2376

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano a disponibilizar gratuitamente o documento em formato digital no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

IDENTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

- | | |
|---------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Tese (doutorado) | <input type="checkbox"/> Artigo científico |
| <input type="checkbox"/> Dissertação (mestrado) | <input type="checkbox"/> Capítulo de livro |
| <input checked="" type="checkbox"/> Monografia (especialização) | <input type="checkbox"/> Livro |
| <input type="checkbox"/> TCC (graduação) | <input type="checkbox"/> Trabalho apresentado em evento |
| <input type="checkbox"/> Produto técnico e educacional - Tipo: Monografia | |

Nome completo do autor:

Clarice Passos Linhares Souza

Matrícula:

2019203302360383

Título do trabalho:

FEMINISMO ANÁRQUICO NO BRASIL - ENTRE ESQUECIMENTOS E
RESISTÊNCIAS: A História de Maria Lacerda de Moura (1887-1945)

RESTRIÇÕES DE ACESSO AO DOCUMENTO

Documento confidencial: Não Sim, justifique:

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIIF Goiano: 02 / 11 / 2022

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O(a) referido(a) autor(a) declara:

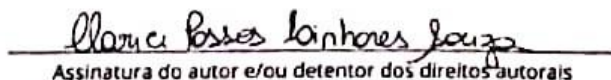
- Que o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- Que obteve autorização de quaisquer materiais incluídos no documento do qual não detém os direitos de autoria, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- Que cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Ceres

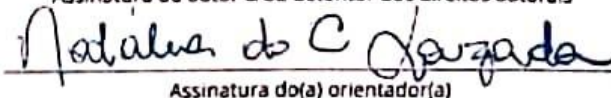
Local

29 / 10 / 2022

Data


Assinatura do autor e/ou detentor dos direitos autorais

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
GOIANO

Ata nº 20210056/2021 - GE-CE/DE-CE/CMPCE/IFGOIANO

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CURSO

Às dezoito horas, do mês de setembro, do ano de dois mil e vinte e um, realizou-se a defesa de Trabalho de Conclusão de Curso da estudante CLARICE PASSOS LINHARES cujo título é FEMINISMO ANÁRQUICO NO BRASIL - ENTRE ESQUECIMENTOS E RESISTÊNCIAS: A História de Maria Lacerda de Moura (1887-1945). A banca examinadora considerou o trabalho apto, com média nove, estando a estudante aprovada para fins de conclusão do Trabalho de Curso. Após atender às considerações da banca e respeitando o prazo disposto em calendário do Programa de Pós graduação em Formação de Professores e Práticas Educativas, do Campus Ceres, a estudante deverá fazer a submissão da versão corrigida em formato digital (PDF) no Repositório Institucional do IF Goiano – RIIF, acompanhado do Termo Ciência e Autorização Eletrônico (TCAE), devidamente assinado pela autora e orientadora.

Os integrantes da banca examinadora assinam a presente.

Natália do Carmo Louzada
Presidente da Banca

Lorena de Almeida Cavalcante Brandão Nunes
Membro 1 Banca Examinadora

Ricardo Takayuki Tadokoro
Membro 2 Banca Examinadora

Documento assinado eletronicamente por:

- Ricardo Takayuki Tadokoro, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 08/10/2021 09:52:52.
- Lorena de Almeida Cavalcante Brandao Nunes, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 05/10/2021 11:34:58.
- Natalia do Carmo Louzada, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 01/10/2021 16:55:54.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 01/10/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 314054

Código de Autenticação: dda7f0ca02



INSTITUTO FEDERAL GOIANO
Campus Ceres
Rodovia GO-154, Km.03, Zona Rural, None, CERES / GO, CEP 76300-000
(62) 3307-7100

CERES – GO

2021

CLARICE PASSOS LINHARES

FEMINISMO ANÁRQUICO NO BRASIL - ENTRE ESQUECIMENTOS E
RESISTÊNCIAS: A História de Maria Lacerda de Moura (1887-1945)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Programa de Pós-graduação lato sensu: Formação
de Professores e Práticas Educativas, do Instituto
Federal Goiano Campus Ceres, como requisito
parcial para a obtenção do título de especialista.
Orientadora: Prof.^a Ms. Natália do Carmo Louzada

Banca Examinadora

Prof.^a Ms. Natália do Carmo Louzada

Prof.^a Ms. Lorena de Almeida Cavalcante Brandão Nunes

Prof. Ricardo Takayuki Tadokoro

Aprovado em ____/____/____

AGRADECIMENTOS

Primeiro e sempre, agradeço a Deus por me permitir caminhar nesse mundo guiando meus passos e me protegendo. Agradeço ao meu pai e minha mãe por sempre serem a fortaleza que eu tanto me espelho. Agradeço aos meus filhos por serem a âncora que me segura e o vento que me impulsiona. Agradeço ao meu noivo, Carlos, por acreditar em mim e caminhar comigo.

RESUMO

O presente artigo abordará a evolução do feminismo e anarquismo no Brasil, e detalhará o feminismo anárquico, bem como as experiências das mulheres anarcofeministas, em especial, a trajetória de Maria Lacerda de Moura, a principal representante deste movimento em nosso País. Ela não se denominava feminista nem pretendia formar um grupo a parte dentro do movimento anarquista, mas pensava – de forma independente - sobre a singularidade de ser mulher e de suas lutas. Sem dúvida alguma, essa percepção imprimiu ao movimento novas visões e importantes contribuições até nossos dias, sejam para as lutas libertárias, seja para o movimento feminista. Todavia, essa importância não foi resgatada em sua complexidade e grandeza pela historiografia. Pensar em seu apagamento é recontar essa história e, acima de tudo, resgatar memórias fundamentais e dar voz a mulheres suprimidas das páginas da história oficial.

Palavras-chave: Anarquismo. Feminismo. História das mulheres.

ABSTRACT

This article will address the evolution of feminism and anarchism in Brazil, and will detail anarchic feminism, as well as the experiences of anarcofeminist women, in particular, the trajectory of Maria Lacerda de Moura, the main representative of this movement in our country. called feminist nor intended to be a separate group within the anarchist movement, but thought - independently - about the uniqueness of being a woman and her struggles. Undoubtedly, this perception has given the movement new visions and important contributions to this day, whether for the libertarian struggles or for the feminist movement. However, this importance has not been rescued in its complexity and grandeur by historiography. To think about its erasure is to retell this story and, above all, to rescue fundamental memories and give voice to women suppressed from the pages of official history.

Keywords: Anarchism. Feminism. History of women.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
1. O ANARQUISMO NO BRASIL: CONTEXTO HISTÓRICO	10
2. MOVIMENTOS FEMINISTAS NO BRASIL DO INÍCIO DO SÉCULO XX	13
3. FEMINISMO LIBERAL E ANARCOFEMINISMO: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS	17
4. A TRAJETÓRIA DE MARIA LACERDA DE MOURA: O ANARCOFEMINISMO NO BRASIL	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26

APRESENTAÇÃO

“Dentro da sociedade capitalista a mulher é duas vezes escrava: é protegida, a tutelada, a ‘pupila’ do homem, criatura domesticada por um senhor ciioso e, ao mesmo tempo, é a escrava social de uma sociedade baseada no dinheiro e nos privilégios mantidos pela autoridade do Estado e pela força armada para defender o poder, o dominismo, o industrialismo monetário”.

Maria Lacerda de Moura

Na maioria das vezes, ao narrar uma história, o fazemos no masculino, algumas vezes ao descrever um fato histórico, suas práticas e relações, nos esquecemos que se não colocarmos o holofote da escrita sobre as experiências das mulheres, se não as nomearmos, apontando que também estavam lá, a história acaba sendo somente dos homens, conforme exposto por Hogan (2009). Nesse sentido, é extremamente importante a valorização da memória e história das mulheres, devemos historicizar e tornar públicas suas trajetórias singulares que fizeram toda diferença no contexto histórico-social que viveram a fim de que conquistássemos os direitos que hoje podemos usufruir.

Atualmente, é muito comum falarmos que vivemos uma época de libertação sexual, em que a mulher já é totalmente emancipada e alcançou todos os espaços sociais. No entanto, pouco sabemos sobre os movimentos feministas ao longo da história do ocidente e as lutas que travam, ainda hoje, pela abolição do machismo, ainda tão presente na sociedade, e contra as imagens estigmatizadas e incorporadas pelas mais variadas classes sociais com relação à mulher. O presente artigo visa mostrar uma vertente do feminismo, o anarcofeminismo, e a história de Maria Lacerda de Moura, uma representante deste movimento, por meio de uma abordagem da História Social, que objetiva resgatar indivíduos e sua experiência coletiva até então suprimidos dela. (BETTO, 2001).

A história das mulheres anarquistas por muito tempo ficou ofuscada na história do anarquismo em geral. As mulheres anarquistas começaram a colocar questões que, até então, não eram colocadas pelo anarquismo clássico, como por exemplo, o amor livre, a maternidade livre e consciente, a livre união, o exercício

livre do sexo (vale acrescentar que as anarquistas observam o sexo como algo natural e benéfico, ao contrário do que coloca a moral burguesa) e a emancipação da mulher (moral, sexual, política, econômica, intelectual e cultural). (BETTO, 2001).

É adequado afirmar que as mulheres inovaram, deram um novo viés, um novo enfoque ao anarquismo, tanto em termos teóricos, como em termos de atuação no movimento, uma vez que não foram meras coadjuvantes na teoria e prática anarquista, mas atuaram mostrando a opressão sentida por elas mesmas em todos os termos (que vão da moral até à economia e a política); e que claramente se expressa na vida cotidiana íntima e no trabalho.

A grande melhoria no status da mulher é um dos melhores exemplos de, como lutar pela mudança, pode trazer mudanças reais e duradouras na sociedade, como direitos e qualidade de vida que a luta pela liberdade da mulher atingiu em muitos países ao redor do globo. Sem esta luta (que eu ligo ao feminismo embora nem todos aqueles que lutam contra a subordinação da mulher tenha se identificado como feminista), as mulheres claramente não teriam feito os enormes ganhos que foram feitos. Historicamente, a luta pela emancipação da mulher foi evidente no movimento anarquista e de outros socialistas. (HOGAN, 2009, p.7)

Dessa forma, a proposta deste trabalho, primeiramente, é apresentar a evolução do anarcofeminismo, mostrando sua trajetória que iniciou-se com as sufragistas e feministas libertárias que, de um modo geral, lutavam pelo direito ao voto e ao trabalho; passando pelas feministas anarquistas que reivindicavam melhores condições de trabalho, redução da jornada, igualdade salarial, compondo um movimento em defesa da libertação da mulher vinculada à eliminação do Estado, da sociedade de classes, do patriarcado, das instituições de poder e do capital. Em um segundo momento, pretende-se discorrer a respeito de Maria Lacerda de Moura, uma representante deste movimento no Brasil.

Para alcançar tal fim, faz-se necessário apontar algumas reflexões a respeito do que foi esboçado, como, por exemplo: Como lidamos com a história do feminismo e do anarquismo no Brasil? Ela é realmente conhecida pelos brasileiros ou só é citada de forma superficial durante o período escolar? (Haja vista que a maioria dos brasileiros só tem contato com os termos anarquismo e feminismo de forma teórica no ambiente escolar). Vale ressaltar que tais termos, atualmente, vêm carregados de estereótipos com caráter negativo, preconceituosos, e sem nenhum vínculo com a

realidade vivenciada por tais grupos, tanto no passado quanto presentemente. Portanto, torna-se fundamental buscar meios para que as pessoas se tornem mais conscientes dos processos históricos para minimizar esse tipo de interpretação errônea da realidade, e tentar impedir a reprodução de tais clichês depreciativos, sem fundamentação teórica, baseados em ideias simplistas e generalizadas pelo senso comum.

Como recurso metodológico a pesquisa utilizou a revisão de literatura, principalmente em artigos e periódicos publicados em revistas especializadas no assunto. Nos propomos, inicialmente, a abordar a história do anarquismo e do feminismo no Brasil, detalhando o contexto histórico do surgimento destes movimentos. Posteriormente, serão apresentadas as relações entre os mesmos e as principais características do anarcofeminismo, que é considerado uma vertente do anarquismo, porém, acrescido dos ideais feministas, pautados na luta de classes e na construção de uma sociedade igualitária e livre, tanto nas relações de trabalho quanto nas relações íntimas, na vida comum entre todos os indivíduos. As representantes deste movimento acreditavam que os ideais apregoados pelo anarquismo não poderiam estar presentes somente nos discursos, mas deveriam ser colocados em práticas em todos os âmbitos da sociedade. A exemplo disso, retomaremos a biografia do nome desta corrente no Brasil, a professora *Maria Lacerda de Moura*, cuja vida e pontos mais relevantes de sua obra serão apontados no quarto tópico deste artigo.

Como exposto por Fernandes (1995), ter um passado e uma história é uma necessidade dos vivos, nesse contexto, o passado é necessário para garantir a construção de nossa identidade, fundando nossas tradições, enraizando-as no tempo e no espaço, definindo nossas raízes. O passado pressiona para ser visto e revisto, exige novas explicações e nos impõe visitar os arquivos e passar a História a limpo, garantindo a construção de uma linha de continuidade, que nos localiza no tempo.

E o feminismo? Por que a história e a memória do feminismo anárquico? Certamente, o feminismo coloca o dedo na ferida dos passados deliberadamente esquecidos, mostrando que as mulheres foram e ainda têm sido esquecidas não só em suas reivindicações, em suas lutas, em seus direitos, mas em suas ações.

Suprimidas da História, foram alocadas na figura da passividade, do silêncio, da sombra na esfera desvalorizada do privado, como afirma Hogan (2009). O feminismo denuncia e critica. Logo, deve ser pensado e lembrado.

1. O ANARQUISMO NO BRASIL: CONTEXTO HISTÓRICO

Corriqueiramente são realizadas associações entre anarquia e bagunça, entre anarquismo e violência. Essas ligações, todavia, não coincidem com a teoria e a história de um movimento tão rico e com tantos adeptos em todo mundo, em diversos momentos históricos desde o século XIX.

Corrêa (2012) discute detalhadamente em sua obra o conceito desta doutrina. Segundo o autor o anarquismo é uma ideologia socialista e revolucionária que se fundamenta em princípios determinados, cujas bases se definem a partir de uma crítica da dominação e de uma defesa da autogestão. Em termos estruturais, o anarquismo defende uma transformação social que deve permitir a substituição de um sistema de dominação por um sistema de autogestão. Em suma, esta ideologia tem como objetivo transformar a capacidade de realização das classes dominadas em força social e, por meio do conflito social caracterizado pela luta de classes, substituir o poder dominador por um poder autogestionário, consolidado nas três esferas estruturadas da sociedade, quais sejam: econômica; política/jurídica/militar; cultural/ideológica.

Para o desenvolvimento desse projeto de poder, o anarquismo considera como atores principais as classes dominadas.

O anarquismo busca, em meio a elas e como parte delas, aumentar permanentemente sua força social, por meio de processos de luta que impliquem: participação crescente, visando à autogestão, estímulo da consciência de classe, construção das lutas de baixo para cima, com independência em relação aos agentes e estruturas dos inimigos de classe – sustenta, assim, meios condizentes com os fins que pretende atingir. A consolidação desse projeto de poder se dá por meio de uma construção permanente, que encontra em um processo revolucionário, em que a violência é inevitável, um marco de passagem de um sistema de dominação para um sistema de autogestão (CORRÊA, 2012, p. 16).

Em relação ao seu surgimento, este relaciona-se a um contexto histórico que implicou mudanças sociais de maneira mais ampla, em todas as esferas, no século XIX. É possível compreender a emergência do anarquismo como intimamente ligada ao contexto histórico de formação da classe trabalhadora. Neste contexto rico de lutas, os trabalhadores se organizavam e ameaçavam governos e patrões com o espectro do socialismo.

O anarquismo surge desta efervescência das lutas dos trabalhadores na segunda metade do século XIX, num quadro de desenvolvimento industrial e tecnológico sem grandes precedentes, mas também de formação de uma consciência de classe que envolve sistemas de referências, valores e tradições, que possuem raízes em lutas anteriores. Muito mais do que uma mera construção teórico-filosófica, o anarquismo fincou sua raiz exatamente no interior das discussões sobre quais seriam os meios de se atingir a sociedade socialista: discussões que se davam no contexto das lutas da classe trabalhadora. (CORRÊA, 2012, p. 22)

Esta doutrina chegou ao Brasil em 1850 através dos imigrantes europeus. A principal experiência anarquista brasileira foi a Colônia Cecília dirigida entre 1890 e 1893 por imigrantes italianos, em terras doadas pelo imperador Dom Pedro II, hoje localizadas no município de Palmeira, atual estado do Paraná.

Porém, seu apogeu ocorreu durante grande parte da República Velha (1889 a 1930), quando o anarquismo era a ideologia predominante no movimento operário, principalmente em São Paulo, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. Os partidários defendiam a organização sindical autônoma, a extinção do Estado, da Igreja e da propriedade privada. Eles também eram contrários a qualquer atuação político-partidária. Suas ideias eram divulgadas por meio de jornais, revistas, livros e panfletos. E entre 1909 e 1919 chegaram a criar escolas específicas para trabalhadores nos moldes da doutrina.

O anarquismo no Brasil derivou principalmente da literatura e experiências socialistas europeias. Seu desenvolvimento, contudo, ocorreu de forma diferente da Europa, se moldando segundo a própria experiência brasileira, com uma população com baixa instrução ou analfabeta, em sua maioria.

A infinidade de jornais libertários da época inclusive atestou a força e organização dos anarquistas do Brasil. A propaganda intensa com as dezenas, até mesmo centenas de jornais, boletins e panfletos periódicos, davam um maior raio de

alcance para as ideias libertárias. Segundo Ferreira (1978) a imprensa operária no período de 1847 a 1920 contou com a publicação de 341 jornais que, de alguma forma, tratavam da questão do proletariado. Tal efervescência culminou em grandes paralisações, as federações anarquistas comandaram as grandes greves de 1917 (São Paulo), 1918 (Rio de Janeiro) e 1919 (São Paulo e Rio de Janeiro). E, em 1919 foi instituído o Partido Comunista Anarquista.

Oliveira (2009) discorre a respeito do anarquismo e suas origens no Brasil apontando que a ação direta era a bandeira do sindicalismo anarquista revolucionário no país.

Como um conceito chave para entender a proposta de atuação anarquista, a ação direta pode ser entendida como um método ou uma estratégia do movimento libertário para produzir mudanças, sob forma de reação ou sob forma de resistência a situações indesejáveis no conflito entre capital e trabalho. Outro princípio extremamente ligado à ação direta é posicionar-se contra a participação parlamentar e o colaboracionismo de classe, opondo-se, portanto, aos processos eleitorais. (OLIVEIRA, 2009, p. 16)

Cada ação direta, greves, boicotes e sabotagens era considerada um meio dos trabalhadores aprenderem a agir de uma maneira solidária na sua luta por melhores condições de trabalho, contra o seu inimigo comum, os capitalistas. Cada uma dessas ações diretas era entendida como uma batalha na qual o proletário conhecia as necessidades da revolução por meio de sua própria experiência. Ou seja, elas preparariam o trabalhador para a ação final: a greve geral que destruiria o sistema capitalista. Nestas ações, considerava-se a violência algo aceitável, sendo justamente este o fato que distinguia o anarcossindicalismo das outras formas de sindicalismo brasileiras. A sabotagem, era considerada especialmente eficaz para o proletariado, caso não pudessem entrar em greve, estes poderiam agredir seus exploradores de outra forma, empregando a filosofia de que para um mau pagamento há um mau trabalho. A destruição de equipamentos tocava no ponto fraco do sistema, pois as máquinas são mais difíceis de se substituir do que os trabalhadores.

O boicote, como estratégia de ação direta, sempre esteve presente na atuação anarquista na Primeira República. A Voz do Trabalhador, órgão da

Confederação Operária Brasileira (COB),¹ de 15 de agosto de 1908, conclamava os trabalhadores a “boicotagem por não ter querido aceder aos justos pedidos de seus operários e pela má fé observada pelo seu proprietário contra a classe operária em geral, os trabalhadores não devem comprar nada que seja produzido pelo moinho Matarazzo, de S. Paulo”. (FERREIRA, 1978, p. 15).

Portanto, vale ressaltar que no Brasil a questão de organização e da ação direta sempre estiveram presentes nas lutas em que se envolveram anarquistas. De acordo com Ferreira (1978), este fato pode ser comprovado ao estudar as diretrizes dos Congressos Operários² de 1906, de 1913 e de 1920, que reafirmaram a ação direta na luta dos trabalhadores para atingir os objetivos da emancipação social, econômica e política, além da proposição da organização federativa como estrutura do movimento proletário. Preconizava-se que o sindicato tivesse como objetivo a educação e a organização dos trabalhadores, e para isto, oferecessem elementos para participação ativa nas decisões da categoria.

Frente ao crescimento da consciência de classe que estava tomando o operariado, e as constantes lutas que eram travadas, a reação do governo foi a criação de dezenas de leis “antianarquistas”. Muitos estrangeiros foram vítimas destas leis sendo extraditados acusados de “anarquismo”. Para os representantes brasileiros restou as prisões, já que estes não poderiam ser expulsos do país. Com a fundação do Partido Comunista, em 1922, o anarquismo perde força, principalmente no movimento operário.

2. MOVIMENTOS FEMINISTAS NO BRASIL DO INÍCIO DO SÉCULO XX

¹ A Confederação Operária Brasileira (COB) foi a primeira central sindical do Brasil, fundada em 1908, sob as bases de acordo do Primeiro Congresso Operário Brasileiro de 1906. Através de seu jornal, A Voz do Trabalhador, permitiu uma certa coordenação e troca de informações no interior do movimento operário brasileiro em nível nacional. A COB era formada por federações nacionais de indústria ou de ofício, uniões locais ou estaduais de sindicatos, sindicatos isolados em locais onde não existiam federações ou de indústrias e ofícios não federados.

² O Primeiro Congresso Operário Brasileiro foi um evento importante para o movimento operário, tendo sido o primeiro esforço de luta coordenada dos trabalhadores de várias partes do país. Nele foi evidente a influência do sindicalismo revolucionário, teoria e prática que caracterizou grande parte do movimento sindical em várias partes do mundo naquele momento, com a defesa entusiasta da ação direta. No Brasil, a ação direta predominava no movimento operário de São Paulo, e tinha também forte influência no movimento do Rio de Janeiro e em outras partes do país.

Ao longo do desenvolvimento da sociedade moderna, ao se darem conta da exploração e opressão a que estavam sendo submetidas, as mulheres foram levadas, gradativamente, à subversão. Como consequência, avançaram nas suas lutas políticas e na conquista de direitos. Assim, a consciência da sua situação de subalternização deu origem ao movimento social feminista “que surge em fins do século XVIII e toma corpo no século XIX, na maioria dos países europeus e nos Estados Unidos” (COSTA; SARDENBERG, 2008, p. 25).

A partir desse período histórico, muitos acontecimentos contribuíram para impulsionar este caminho. Vale citar o fato de que a família perdeu seu caráter de unidade produtiva no meio rural e assim os meios de vida necessários ao consumo imediato de seus membros passou a ser produzido nas fábricas, de modo que o homem passa a ser obrigado a vender sua força de trabalho e a mulher não fica afastada desse processo, na medida em que também se vê requisitada para o trabalho na produção fabril.

Assim, numa lógica que intensifica a condição de inferioridade à qual a mulher já vinha sendo submetida, ela passa a ser um importante objeto de interesse da burguesia, que por ser ávida em acumular riqueza, irá impor o pagamento de salários inferiores aos do homem e jornadas de trabalho excessivas e insalubres, favorecendo uma exploração e opressão ainda maiores (COSTA; SARDENBERG, 2008, p. 26).

Nesse viés, os movimentos feministas, na sua multiplicidade de relações, constroem articulações, se ampliam e se corporificam não de modo isolado e alienado, mas sim, dentro de um contexto mundial. Esse movimento propõe que as mulheres transformem a si mesmas e ao mundo, expressando-se em ações coletivas, individuais e existenciais, seja na arte, na teoria e na política. De acordo com Soares (1994), o conceito de feminismo pode ser entendido como a ação política das mulheres, englobando teoria, prática e ética. A autora reconhece as mulheres, historicamente, como sujeitos da transformação de sua própria condição social. Neste sentido, este tópico aborda o desenvolvimento do feminismo no Brasil e suas características. Logo, tem por finalidade suscitar reflexões acerca do protagonismo deste movimento social para os questionamentos da lógica cerceadora aos direitos das mulheres.

Segundo Ferreira (2001), independentemente do gênero, emancipação significa tornar-se independente e desfrutar dos direitos civis. Todavia, de acordo com o posicionamento de Betto (2001) para as mulheres em específico

Emancipar-se é equiparar-se ao homem em direitos jurídicos, políticos e econômicos. Libertar-se é querer ir mais adiante, [...] realçar as condições que regem a alteridade nas relações de gênero, de modo a afirmar a mulher como indivíduo autônomo, independente [...] (BETTO, 2001, p. 20).

O movimento feminista no Brasil surgiu no século XIX com a luta pelo direito à educação feminina, direito de voto e abolição da escravatura. Nesta época a condição da mulher brasileira acompanhava as desigualdades sociais e econômicas do país. O Brasil era uma sociedade baseada na escravidão que, de formas distintas, oprimia mulheres negras em condição de escravas, e mulheres restritas às tarefas do lar.

Fosse na Casa Grande ou nos sobrados burgueses do Brasil Colônia, a situação da mulher brasileira era bastante precária. Nas classes dominantes, a mulher era confinada no interior da casa, sob as ordens de um marido (ou pai) distante e autoritário, rodeado de escravos e concubinas. Seu papel principal era o de reprodutora. Certamente, as negras e escravizadas viviam em situações de opressão, exploração e violência muito mais graves, inclusive porque eram vítimas até de outras mulheres, como era o caso da relação com suas amas. Nas classes populares, as mulheres livres gozavam de maior liberdade pessoal, mas mesmo assim, a única outra opção que teriam seria a de ir para um convento (COSTA e SARDENBERG, 2008, p. 33).

Nesse sentido, depois de mobilizar mulheres da Europa e dos Estados Unidos, o movimento feminista ocidental também alcançou vários países da América Latina, a exemplo do Brasil, Chile, Argentina, México, Peru e Costa Rica, locais onde as primeiras manifestações feministas apareceram ainda na primeira metade do século XIX, utilizando-se especialmente da imprensa a fim de disseminar suas ideias.

Durante o Segundo Reinado foi reconhecido o direito à educação feminina no Brasil. Neste campo, a escritora potiguar *Nísia Floresta Augusta* é considerada precursora do feminismo brasileiro.

Professora e educadora, fundou a primeira escola para meninas no Rio Grande do Sul e, posteriormente, no Rio de Janeiro. A partir da obra da inglesa Mary Wollstonecraft, Nísia Augusta redige vários livros e artigos nos jornais sobre a questão feminina, o abolicionismo e o republicanismo. Suas obras *Conselhos a minha filha*, de 1842; *Opúsculo humanitário*, de 1853 são apontadas como as primeiras sobre feminismo no Brasil. (CUNHA; LEITE, 2018, p. 12)

Com o advento da República em 1889, o movimento feminista no Brasil se torna mais amplo. Começam as reivindicações pelo direito ao voto, tal como acontecia nos Estados Unidos e na Inglaterra, porém, o novo regime não concede este direito às mulheres e nem facilita o acesso ao mercado de trabalho à mulher urbana branca de classe média ou rica. Já as mulheres negras, indígenas e a mulher branca pobre sempre tiveram que trabalhar para sobreviver, sendo as primeiras submetidas à exploração do trabalho escravo até 1888.

Além disso, apesar de a República ter separado a Igreja do Estado e instituído o casamento civil, era difícil obter o divórcio. O Código Civil de 1916 definia a mulher como incapaz, dependente do pai ou do marido. Dessa forma, a mulher casada precisava da autorização do marido para viajar, receber herança, trabalhar fora de casa ou adquirir patrimônio. Vale citar também que até então não havia uma proibição à interação das mulheres na vida política, visto que não eram nem mesmo reconhecidas como possuidoras de direitos políticos, o que levou a várias tentativas de alistamento eleitoral sem sucesso.

Conforme mencionado anteriormente, no momento em que surgem no Brasil as primeiras fábricas, o trabalho feminino e infantil é requisitado, pois é mal remunerado e ajuda a manter o baixo custo da produção.

Em fins do século XIX, as mulheres brasileiras incorporadas à produção social representavam uma parte significativa da força de trabalho empregada, ocupavam de forma cada vez mais crescente o trabalho na indústria, chegando a constituir a maioria da mão-de-obra empregada na indústria têxtil. Influenciadas pelas ideias anarquistas e socialistas trazidas pelos trabalhadores imigrantes espanhóis e italianos, já se podiam encontrar algumas mulheres incorporadas às lutas sindicais na defesa de melhores salários e condições de higiene e saúde no trabalho, além do combate às discriminações e abusos a que estavam submetidas por sua condição de gênero (COSTA, 2005, p. 11-12).

Segundo Soares, (1994) algumas mudanças começam a ocorrer no mercado de trabalho durante as greves realizadas em 1907 (“greve das costureiras”)³ e a Greve Geral de 1917⁴, com a influência de imigrantes europeus (italianos e espanhóis), e de inspirações anarcossindicalistas, que buscavam melhores condições de trabalho em fábricas, em sua maioria têxtil, onde predominava a força de trabalho feminina. Entre as exigências das paralisações, estavam a regularização do trabalho feminino, a jornada de oito horas e a abolição de trabalho noturno para mulheres. No mesmo ano, foi aprovada a resolução para salário igualitário pela Conferência do Conselho Feminino da Organização Internacional do Trabalho e a aceitação de mulheres no serviço público. Vale citar também que na Greve Geral de 1917, existiam reivindicações específicas por parte deste coletivo junto aos patrões.

Nesse mesmo sentido, ainda no início do século XX, são retomadas as discussões acerca da participação de mulheres na política do Brasil. Neste contexto emergem as figuras de *Leolinda Figueiredo Daltro*, que funda o Partido Republicano Feminino em 1922, e de *Bertha Lutz*, criadora da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Ambas tinham como objetivo a batalha pelo voto e livre acesso das mulheres ao campo da educação.

Em 1928, foi autorizado o primeiro voto feminino (Celina Guimarães Viana, Mossoró-RN), mesmo ano em que foi eleita a primeira prefeita no país (Alzira Soriano de Souza, em Lajes-RN). Ambos os atos foram anulados, porém abriram um grande precedente para a discussão sobre o direito à cidadania das mulheres. Somente em alguns anos depois, em 24 de Fevereiro de 1932, por meio da articulação e pressão políticas realizadas sobretudo pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino durante o governo de Getúlio Vargas, foi garantido o direito ao voto e à candidatura das mulheres.

Durante o período que antecede o Estado Novo (1937-1945), as militantes do feminismo brasileiro divulgavam suas ideias por meio de reuniões, jornais,

³ A “Greve das Costureiras” foi um marco importante no ano de 1907, quando a capital paulista passou por uma paralisação de trabalhadores - em sua maioria da indústria têxtil - devido a uma greve que tinha os seguintes objetivos: conquista da jornada de trabalho de oito horas, assistência médica, fim do trabalho de crianças e do trabalho noturno para mulheres e o direito a férias.

⁴ Em junho de 1917, décadas antes da consolidação das leis trabalhistas no Brasil, cerca de 400 operários - em sua maioria mulheres - da fábrica têxtil Cotonifício Crespi na Mooca, em São Paulo, paralisaram suas atividades. Eles pediam, entre outras coisas, aumento de salários e redução das jornadas de trabalho, que até então não eram garantidos por lei. Em algumas semanas, a greve se espalharia por diversos setores da economia, por todo o Estado de São Paulo e, em seguida, para o Rio de Janeiro e Porto Alegre. Era a primeira “greve geral” no país.

explicativos e da arte de maneira geral. Todas as formas de divulgação da repressão sofrida e os direitos que não eram levados em consideração, eram válidas. Desta forma, muitas vezes aproveitavam greves e periódicos sindicalistas e anarquistas para manifestarem sua luta, conquistas e carências.

3. FEMINISMO LIBERAL E ANARCOFEMINISMO: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

Conforme exposto, algumas tendências do movimento feminista no Brasil tiveram início no final do século XIX e se estenderam pelas três primeiras décadas do século XX. O movimento sufragista, que teve à frente Bertha Lutz, foi o foco da primeira tendência. Podemos considerar essa fase como do feminismo liberal, praticado entre mulheres brancas de camadas sociais médias e altas e sinalizava o caráter conservador desse movimento. Nesse momento, ainda não era questionada a opressão da mulher.

Numa segunda fase, o feminismo brasileiro ganhou caráter mais subversivo, reunindo mulheres intelectuais, anarquistas e líderes operárias, que defendiam o direito à educação, abordando temas como a dominação masculina, a sexualidade e o divórcio. Neste momento se consolidou também uma outra vertente que se expressava através do movimento anarquista e do Partido Comunista.

As primeiras décadas do século XX foram marcadas por intensos movimentos sociais urbanos decorrentes, sobretudo, do recente processo de industrialização pelo qual atravessavam as principais cidades brasileiras durante a Primeira República. Nesse contexto, os trabalhadores imigrantes que desembarcavam no país, seja para as plantações de café no oeste paulista ou como mão de obra para a nascente indústria do centro-sul, tiveram papel fundamental na difusão dos ideais revolucionários que varriam a Europa no período. Anarquistas, socialistas, anarcosindicalistas, comunistas, atravessaram o oceano em busca de liberdade e terras férteis para semear seus projetos de transformação da sociedade.

O cenário sociocultural, permeado por utopias reformistas, de superação das condições de opressão de um regime republicano que, apesar de novo, consolidava no poder a mesma oligarquia conservadora e autoritária do Brasil escravocrata,

contagiava intelectuais e pensadores. E este ambiente não influenciou somente os homens e suas ideias, mas também, muitas mulheres, que encontraram um cenário fértil para suas lutas e reivindicações.

Porém, quando pensamos no contexto brasileiro, é válido dizer que muitas das mulheres pobres, sejam as trabalhadoras imigrantes europeias que desembarcavam em massa em cidades como São Paulo, em fins do século XIX e início do século XX, para trabalhar nas lavouras de café do interior, ou nas indústrias nascentes da capital, sejam as trabalhadoras nascidas aqui ou as trabalhadoras negras, antes escravizadas e agora em busca de trabalho no campo e nas cidades, tiveram pouco ou nenhum acesso à educação formal e a espaços privilegiados de escrita e de cultura letrada, por isso, não deixaram relatos escritos. Por isso sua história foi negligenciada ou esquecida. O que não quer dizer que não houve luta, enquanto as sufragistas – predominantemente brancas e abastadas - brigavam pelo direito ao voto, ao trabalho e à propriedade privada, as feministas anarquistas avançam seu campo de luta, sobretudo, por melhores condições de trabalho, igualdade salarial e redução da jornada de trabalho, bem como por ampliação dos direitos individuais e coletivos.

Pode-se dizer, portanto, que há um avanço na plataforma de luta do feminismo liberal para o feminismo anarquista, principalmente no que diz respeito à questão do poder. As feministas anarquistas incorporaram ao seu discurso e ao seu espaço de luta a noção de que a fonte de todas as formas de opressão à mulher, aquilo que alimenta a desigualdade entre os gêneros e contribuiu com a opressão masculina é a manutenção do capitalismo e do Estado, que é, por sua vez, essencialmente patriarcal, paternalista, burguês, hierárquico e opressor. No que tange a conquista pelos direitos individuais, as anarquistas feministas sentiam necessidade de lutar pelo direito ao divórcio, contra a violência doméstica, bem como por questões como o amor livre, sexualidade e direitos reprodutivos.

Vale ressaltar que essa luta fez-se necessária porque era notório a misoginia declarada dentro dos movimentos de luta de classe. Era impossível incorporar a luta das mulheres como bandeira dentro do movimento anarquista mais amplo porque muitos homens anarquistas tratavam a questão da subordinação das mulheres,

quando muito, como secundária à emancipação dos trabalhadores, um problema que seria resolvido depois da revolução” (SHANNON & ROGUE, 2011, p. 38).

Deirdre Hogan (2007) também observa que a secundarização da luta feminista foi uma constante e que mesmo quando a emancipação feminina é adotada formalmente como pauta das organizações e movimentos anarquistas, na vida cotidiana as práticas de manutenção do machismo como sistema de dominação ainda encontravam terreno fértil:

As mulheres faziam a ligação entre a emancipação política e a pessoal, esperando que o socialismo poderia fazer novas mulheres e novos homens por democratizar todos os aspectos das relações humanas. No entanto, achei muito difícil, por exemplo, convencer meus próprios companheiros de que a desigualdade da divisão do trabalho dentro de casa era uma questão política importante. Nas palavras de Hannah Mitchell, ativista socialista e feminista de princípios do século 20 na Inglaterra, em sua jornada de trabalho fora e dentro do lar: “Mesmo os domingos de tempo livre se foram, quando descobri que grande parte do discurso socialista sobre a liberdade, era só discurso e que estes jovens homens socialistas esperavam jantares de domingo e chás com enormes bolos caseiros, patês de carnes e tortas exatamente como seus companheiros reacionários”. (HOGAN, 2007, p. 18)

Este descompasso entre o discurso de liberdade e uma prática que efetivamente contribuísse para a emancipação feminina é observada por diversas autoras anarcofeministas. Segundo Dias (2002) é possível notar o quanto o feminismo anarquista é internacional e descentralizado, algumas das mulheres que se destacaram nesse contexto de luta foram: Louise Michel (1830 – 1905) na França; Lucy Parsons (1853 – 1942); Voltairine de Cleyre (1866 – 1912) e Emma Goldman (1869 – 1939) nos Estados Unidos; Juana Rouco Buela (1889 – 1969) na Espanha; Maria Lacerda de Moura (1887 – 1945) no Brasil.

Em se tratando de conceituação, o anarcofeminismo, por ser mais uma vertente do anarquismo, almeja a construção de uma sociedade não autoritária, baseada na cooperação, no cuidado, no apoio mútuo e no amor livre. Ou seja, almeja o que muitas feministas chamam de “feminização” da sociedade, o que, para as anarcofeministas, não pode ser alcançado na sociedade capitalista, onde há igualdade somente do ponto de vista formal (liberalismo). Nesse sentido, o feminismo não pode estar separado da “luta de classes” e da ideia de luta pela

construção de uma sociedade anárquica, onde igualdade e liberdade, assim como a vida comum entre todos os indivíduos, estariam presentes não só no discurso.

Para as anarcofeministas, assim como para todos os anarquistas, a mulher é responsável por sua libertação, opondo-se, assim, a qualquer forma de organização burocrática e autoritária que se digam revolucionárias.

Seu desenvolvimento, sua liberdade, sua independência, precisa vir de si própria. Primeiro, pelo reconhecimento de si própria como uma personalidade, e não como um objeto sexual. Segundo, pela recusa do direito de alguém sobre o seu corpo; pela recusa em gerar crianças a menos que queira, pela recusa em ser uma serva de Deus, do Estado, da sociedade, do marido, da família, etc., por tornar sua vida simples, mas profunda e rica. Em suma, pela tentativa de aprender os princípios e a substância da vida em todas suas complexidades; pela libertação pessoal do medo da opinião e da condenação pública. (GOLDMAN, 1977, p. 13).

A concepção de revolução no anarquismo envolve também a transformação total da sociedade, ou seja, a transformação das relações pessoais, sociais e cotidianas. Nesse sentido, as mulheres anarquistas propõem as bases teóricas do anarquismo como meio para emancipação da mulher, discutindo, para além do que fazem os teóricos anarquistas do sexo masculino, também as relações hierárquicas do gênero existentes no movimento, apontando e criticando o machismo em todos os meios sociais.

Nesse sentido, a questão da emancipação das mulheres pela sua libertação econômica e cultural foi reforçada no amplo debate que os anarquistas travaram, ao criticar as instituições burguesas e patriarcais. A luta pela independência feminina era, nesse registro, primeiramente uma questão moral: trata-se de libertar-se do modelo burguês de feminilidade imposto e de construir uma nova figura de mulher. (RAGO, 1994, p. 77 e 78).

Portanto, as mulheres anarquistas consideravam de grande importância a *práxis* libertária. Para elas a luta significava aprendizagem na prática, vivência da solidariedade e construção de métodos de ação. Todavia, foram além ao discutir papéis impostos às mulheres a partir das diferenças de classe entre elas, que levam à condições de vida e opressões diferentes; a exploração dos corpos das mulheres dentro das fábricas, seja devido as extenuantes e cansativas jornadas de trabalho, seja pelos inúmeros abusos sexuais que denunciavam em suas ações, greves e em artigos de jornais; observavam a maternidade como ato consciente e fruto da

escolha feminina, não destino natural e “divino das mulheres”, o que significa, em última instância, controle sobre o próprio corpo.

Nesse sentido, propuseram e discutiram amplamente o amor livre e/ou plural, assim como denunciaram o papel nocivo do casamento burguês, que como os padrões, aprisionaria às mulheres à dependência econômica e as frivolidades das cerimônias e da moral capitalista. Diferentemente das feministas liberais, negavam o sufrágio como meio de libertação, afirmando que ele só perpetuaria e legitimaria a exploração e, mesmo com o voto, as mulheres votariam pela própria opressão em um sistema que as mantém sem acesso à educação, instrução, cultura e lazer. Assim, para as anarquistas, a libertação das mulheres seria fruto de sua própria ação e passaria, necessariamente, por sua emancipação intelectual e até econômica.

4. A TRAJETÓRIA DE MARIA LACERDA DE MOURA: O ANARCOFEMINISMO NO BRASIL

Muitas mulheres, principalmente as operárias que atuaram no movimento anarquista foram suprimidas das páginas da história, tradicionalmente contada em uma perspectiva masculina, branca, eurocêntrica e classista. Nesse sentido, as feministas anarquistas permaneceram num quase anonimato, mas buscar suas vozes e suas ações significa recuperar a história do próprio movimento e sua importância dentro das lutas sociais, bem como sua importância para a compreensão das experiências e lutas femininas, sejam elas individuais e cotidianas ou organizadas em movimentos, partidos e coletivos.

Insultos e perseguições compõem a trajetória de Maria Lacerda de Moura que falava em coragem, sonhos, problemas humanos, individualismo, amor e solidariedade. Nascida na fazenda Monte Alverne em Manhuaçu/MG, em 16 de maio de 1887, seu pai foi Modesto de Araújo Lacerda e, sua mãe, Amélia de Araújo Lacerda, ambos adeptos do anticlericalismo. Deslocou-se com a família para Barbacena/MG em 1891, onde se tornou professora e casou-se, aos 17 anos de idade, com Carlos Ferreira de Moura. Como não podia ter filhos, adotou Jair em 1912, um sobrinho, e Carminda, uma órfã carente. Nesse período, Maria Lacerda

trabalhou intensamente com a questão da educação e, em Barbacena, ajudou a fundar a Liga contra o Analfabetismo (1912). Seguiu realizando conferências e publicando os livros *Em torno da Educação* (1918) e *Renovação* (1919). Dessa forma, estabeleceu contato com jornalistas em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Em 1921 mudou-se para São Paulo e inteirou-se de questões importantes para a sua vida intelectual e militante; momento de engajamento na luta pela emancipação da mulher. (MIRANDA, 2006).

A luta pela emancipação feminina no Ocidente durante o no início do século XX, não foi um movimento homogêneo. Várias mulheres estiveram envolvidas neste projeto, apesar de adotarem diferentes concepções acerca do significado de emancipação - o que levou à constituição de diferentes plataformas de luta. As militantes anarquistas defendiam a ruptura dos padrões estabelecidos pela família tradicional burguesa, já as feministas sufragistas entendiam que a emancipação feminina se relacionava ao direito ao voto e à ocupação de cargos públicos.

Maria Lacerda de Moura, declaradamente anarquista em suas publicações, travou um embate com as famosas feministas sufragistas. As mulheres que participavam desse movimento faziam parte da classe média e foram influenciadas pelos movimentos femininos que ocorreram na Europa e nos Estados Unidos. Na avaliação da escritora, estas feministas não propunham ruptura com o sistema, ao contrário, queriam integrar-se a ele, pois adotavam a caridade – assistencialismo – como prática, ao invés de combaterem os diferentes tipos de exploração a que estavam submetidas as mulheres. Assim, a questão da exploração dos mais desvalidos pelo sistema continuaria a mesma, independente do voto feminino, a empregada doméstica continuaria sendo explorada pela patroa, operários e operárias seguiriam trabalhando de forma precária nas fábricas, garantindo o conforto de homens e mulheres da elite e os pobres continuavam carentes de educação.

Segundo Maria Lacerda, o movimento feminista sufragista fundamentava-se numa dualidade: de um lado a “caridade” das “madames” vaidosas e exploradoras, de outro, a humilhação de quem recebia esmola. A empregada recebia e obedecia as ordens de outra mulher que se mantinha na comodidade, elegância e boa

aparência. A “madame” não conhecia a realidade daquele a quem prestava caridade, pois vivia num mundo de farturas e futilidades.

Nesse sentido, seus textos não abordam somente a questão do voto feminino, eles trazem inquietações de uma mulher que viu e, a seu modo, analisou as relações entre os sexos no momento em que viveu. São discussões críticas, por exemplo, à influência da educação religiosa na vida das pessoas, que impunha à mulher a condição de se casar virgem, ter filhos, obedecer e ser fiel ao seu senhor. Para ela, tais regras fortaleciam a noção de família burguesa, na qual a mulher e os filhos são considerados propriedade privada do marido. Acerca da emancipação feminina, Lacerda (apud LEITE, 1984) considerava que

Não há emancipação feminina sem emancipação humana. Nesta organização social burguesa-capitalista, baseada na exploração do homem pelo homem, todos são escravos, todos são explorados pelo industrialismo, absorvente, pelas necessidades desnecessárias, criadas pela cupidez do capitalismo. Para o homem se emancipar do regime de patrões e exploradores e para a mulher se emancipar do mesmo regime e emancipar-se da proteção masculina seria preciso que a atual organização social de privilégios e preconceitos desaparecesse pela substituição da ordem de outra sociedade mais equitativa. (Maria Lacerda de Moura, 1920 apud: LEITE, 1984, p.46).

Vale ressaltar que, escrevendo durante as décadas de 1920 e 1930, Maria Lacerda difundiu concepções precursoras acerca das relações de gênero. A autora entendia que homens e mulheres se complementavam, apesar de serem diferentes, o que a distanciava de uma postura “revanchista” ou sectária.

A noção de complementaridade e não de oposição entre homem e mulher evidencia a sensibilidade da autora ao refletir sobre o tema. Os desejos de transformação, expressos em cada linha de seus escritos, apontam um caminho, uma proposta de futuro melhor. As aspirações de Maria Lacerda fundamentavam-se no entendimento de que homens e mulheres deveriam construir um novo modelo de sociedade baseado na liberdade individual. Ao mesmo tempo em que falava de uma mulher submissa e também responsável por sua submissão, visualizava um homem curvado diante de uma sociedade injusta e desigual. A transformação viria com a emancipação feminina conjugada à masculina. (FERNANDES, 1995, p. 15)

A autora realizava críticas ferrenhas à estrutura social na qual estava inserida sem colocar a mulher com vítima do processo de subordinação:

Mulher: você foi historicamente subjugada a um sistema perverso! Liberte-se! Liberte-se do embrutecimento causado pelo capitalismo e da mentira de sua inferioridade perante o homem! Lute pelo domínio de seu próprio corpo e não por um cargo político! - dizia Maria Lacerda. Homem: abandone a ganância, a violência, a guerra e a submissão de seus pensamentos! Seja livre! (MOURA, 1928, p.01).

Esse pequeno excerto faz parte de uma das muitas publicações que Maria Lacerda de Moura realizou em dezenas de jornais e panfletos da época. Seus textos mais conhecidos fazem parte do acervo destes jornais reacionários, os principais são: “O Combate” e o jornal “A Plebe”, sendo os anos de 1927 a 1929 considerados os anos que a autora produziu mais artigos para essas publicações. Além desses artigos, a autora também publicou algumas obras, vale citar: “Religião do Amor e da Beleza” de 1929; “O Clero Romano e a Educação Laica” de 1934 e “Serviço militar obrigatório para mulher? Recuso-me! Denuncio!” de 1935.

Sua escrita tinha como tema a valorização da livre associação e do esforço individual em contraposição às ideias difundidas pelo Estado, religião e família. O pacifismo e individualismo de Maria Lacerda apareciam quando a autora combatia a guerra e o fascismo reivindicando uma postura crítica do indivíduo frente às estruturas sociais marcadas pela violência. Conforme afirma Leite (1984, p. 39) para a autora “O fim social do conhecimento é a formação de seres humanos autônomos, solidários, defensores da igualdade e da liberdade”.

Em sua vasta pesquisa sobre a autora, Leite (1984) afirma que Maria Lacerda sofreu grande discriminação pelo seu histórico de luta. Associada ao movimento anarquista, recebeu alguns rótulos como o de feminista, sexóloga e comunista - denominações que a escritora refutou.

Preocupava-se sobremaneira com a missão educativa. Para ela, a educação consiste no entendimento de que educar e ser educado implica na transformação do *status quo*. A possibilidade de ver o mundo a partir de outra ótica, que não a do Estado, Igreja ou Capital proporcionaria a construção de novos valores culturais.

Cumpra desembaraça-la das peias que a encarceram mentalmente. Enquanto não souber pensar será instrumento passivo em favor das instituições do passado.

E ela própria, inconsequente, trabalha pela sua escravidão.

E o cativo é tal que se revolta se outras mulheres querem elevá-la à altura dos seus direitos clamando contra a violação do pensamento feminino.

Enquanto não pensar, em vão tentaremos quebrar os grilhões para a nossa independência individual; a mulher é escrava; dependente do salário, do homem, do seu capital.

Assim é impossível a libertação.

Seu cérebro foi considerado infantil pelo egoísmo masculino dos ancestrais. [...]

A brasileira ardente, ativa, inteligente, idealista, generosa, num impulso final, por entre relâmpagos da consciência adormecida, perceberá. [...]

Faltam-nos escolas. Faltam-nos educadores na acepção mais ampla da expressão. Faze-los nascer deste mesmo povo – eis o que é preciso. (Maria Lacerda de Moura, 15 de junho de 1922, apud: LEITE, 1984, p.20).

As propostas de negação à autoridade e pensamento crítico de consciência aparecem no discurso de Maria Lacerda como um caminho em direção à liberdade. E a nós parece que o apelo da autora afirmando a manutenção dos sonhos é imperativo diante da realidade conflituosa que vivenciamos no âmbito de uma sociedade capitalista. A postura individual assumiu papel fundamental em seu discurso, pois a educadora apostava na autonomia do indivíduo, em particular da mulher, para criar novas perspectivas de mundo. Assim, pode-se afirmar que a grande contribuição do pensamento da autora para os indivíduos do século XXI seja a aposta em si mesmo. Como cada indivíduo pode agir e interferir em seu meio social mesmo diante de um mundo esfacelado e em crise ideológica. A história dessa mulher e sua riquíssima obra constitui-se num estímulo à luta cotidiana, prática que vem sendo extirpada da sociedade contemporânea marcada pelo consumismo, individualismo, egoísmo e frustrações políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de todo o movimento feminista ocorrido no Brasil e no mundo, e de toda a força que ganhou no decorrer das décadas, ainda formamos uma sociedade preconceituosa e machista, na qual há diferenciação exacerbada entre homens e mulheres em relação ao emprego e posicionamento social.

Os papéis de gênero historicamente atribuídos às mulheres são questionados pelo anarcofeminismo, que se constitui um movimento diferente dos demais ao defender os interesses de gênero das mulheres, caracterizado pela sua autonomia em relação a outros movimentos e organizações.

O trabalho demonstrou que a principal luta do movimento anarcofeminista é combater a opressão a que estão sujeitas as mulheres, as quais almejam alcançar autonomia e protagonismo na sociedade, defendendo a igualdade de direitos entre homens e mulheres. É importante que as ideias e causas deste movimento sejam conhecidas por todos os cidadãos e sejam levadas à frente nas lutas sociais, a fim de que haja alguma mudança sobre o conceito de mulher na sociedade e sobre o seu papel dentro desta.

As mulheres foram e continuam sendo objetos de opressão em todas as partes do mundo. Como vemos ao longo da história, são suprimidas do prazer sexual, da exibição do rosto, são escravizadas, prostituídas e etc. No entanto, as mulheres vêm conquistando cada vez mais seu lugar de destaque em uma sociedade de forte resistência ao protagonismo de diversas causas femininas. Sem dúvida todas essas conquistas são oriundas da luta de diversas mulheres citadas neste artigo, mulheres ímpares que fizeram de suas vidas e seus escritos projetos de inspiração libertária que auxiliou e ainda ajuda milhares de mulheres a romperem com o julgo da inferioridade.

Para essas mulheres, a emancipação feminina, obra das próprias mulheres, só se consolidaria com a revolução social que nos levasse a anarquia. Ela, todavia, deveria ser preparada pelas lutas e ações e só seria possível se pensasse a “questão feminina”, se passasse pela emancipação econômica e intelectual da mulher da submissão burguesa perpetuada pelas instituições do Estado e pela religião, enfim, da realização da mulher como indivíduo pleno.

Evidentemente essa revolução não se consolidou, muito menos a anarquia, não alcançamos nem mesmo os salários iguais aos dos homens! Ainda não temos o controle sobre nossos corpos, nossa vida reprodutiva, nossos amores e poucas de nós se veem em relacionamentos livres, realmente igualitários e não tóxicos com indivíduos do sexo oposto. Ainda não exercemos livremente nossa sexualidade e somos reguladas por padrões heteronormativos. Ainda vivemos a constante ameaça do estupro, dos abusos e das agressões em nossos ambientes mais cotidianos.

Todavia, não fossem suas vozes, ecoadas até nós por tradição oral, por pesquisas acadêmicas que anseiam resgatar suas memórias, ou até mesmo por rastros de sua história escrita ou experiências passadas de mães para as filhas,

pouco teríamos avançado em nossas lutas, questionamentos, resistências e conquistas. Mesmo com seu “quase” apagamento da história tradicional e de muitas páginas dos feminismos e anarquismos. Como afirma Maria Lacerda de Moura em um de seus brilhantes textos: “Se hoje somos, é porque antes outras já foram”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Maria Elisabete Arruda de; SANTOS, Taís Valente dos (Org.) Memória Feminina: mulheres na história, história de mulheres. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2016.

BETTO, Frei. A marca do batom: Como o movimento feminista evoluiu no Brasil e no mundo. ALAI, América Latina em Movimento, 2001. Disponível em: <http://alainet.org/active/1375&lang=es>. Acesso em: 17 dez. 2020.

CORRÊA, Felipe. Rediscutindo o Anarquismo: uma abordagem teórica. São Paulo: USP (dissertação de mestrado), 2012. Disponível em <http://ithanarquista.wordpress.com/2013/01/14/felipe-correa-rediscutindo-o-anarquismo-uma-abordagem-teorica/>. Acesso em 20 jan 2021

COSTA, Ana Alice Alcantara. O Movimento Feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. Gênero, Niterói, v.5, n.2,p.9-35, 2005. Disponível em: <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/01112009-115122costa.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2021.

COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecilia Maria. O feminismo no Brasil: uma (breve) retrospectiva. In: COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecilia Maria (orgs.). O feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

CUNHA, Leonam Lucas; LEITE, David de Medeiros. Nísia Floresta: feminista quando nem se falava sobre isso no Brasil. Caderno Espaço Feminino. Uberlândia, MG. v.31. n.1. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/CEF-v31n1-2018-16>. Acesso em 10 dez 2020

DIAS, M. Mulheres anarquistas. O resgate de uma história pouco contada. João Pessoa: Imprensa Marginal, 2002.

FERNANDES, Vanusa Alves Viana. O feminismo anarquista de Maria Lacerda de Moura. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 1995, (Monografia).

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, Miniaurélio Século XXI: o minidicionário da língua portuguesa. 5ª ed. rev. ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERREIRA, Claudia. BONAN, Claudia. Mulheres e Movimentos. Disponível em: http://www.mulheresemovimentos.com.br/p_livro_infos03.html. Acesso em: 15 nov. 2020.

FERREIRA, Maria Nazareth. A imprensa operária no Brasil 1880-1920. Petrópolis: Vozes, 1978.

GOLDMAN, Emma. Tráfico de mujeres y otros ensayos sobre feminismo. Barcelona. Editorial Anagrama, 1977. <https://www.escritas.org/pt/estante/emma-goldman>

_____. Viviendo mi vida. Madrid, Espanha. Fundación de estudios libertários Anselmo Lorenzo, 1996. Volume 1.

HOGAN, Deirdre. Feminismo, Classe e Anarquismo. In RAG nº2. Ed. Faísca. 2007.

LEITE, Míriam Lifchitz Moreira. Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura. SP: Ática, 1984.

_____. Maria Lacerda de Moura: uma feminista utópica. Florianópolis: Editora Mulheres, 2005.

MIRANDA, Jussara Valéria de. "Recuso-me"! Ditos e escritos de Maria Lacerda de Moura (2006). Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/16458/1/JVMiranda1DISSPRT.pdf>. Acesso em 02 mar. 2020

MOURA, Maria Lacerda de. A minha saudação. O Combate, São Paulo, n. 4824, p. 1, 27/09/1928)

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936). 2009. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1142.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020

RAGO, Margareth. A sexualidade feminina entre o desejo e a norma: moral sexual e cultura literária feminina no Brasil, 1900 – 1932. Revista Brasileira de História (ANPUH). São Paulo. Ed. Marco Zero. Volume 14, número 28, 1994

SHANNON, Deric; ROGUE, J. Recusando esperar: Anarquismo e Interseccionalidade. (2007). Disponível em: <http://anarkismo.net/article/14923>. Acesso em 18 de abr. de 2021.

SOARES, Vera. Movimento de mulheres e feminismo: evolução e novas tendências. IN: Revista Estudos feministas. Rio de Janeiro, 1994